

PREÂMBULO

A GLEBA TERRESTRE ILUDIDOS E VITORIOSOS

Toda obra de edificação, seja filosófica, moral, científica, religiosa, que implique em agenda evolutiva e aprimoramento da sociedade, é, via de regra, caracterizada por dificuldades, exigindo ingentes esforços e sacrifícios em sua sementeira e cultivo. Os apóstolos e servidores da verdade sempre encontraram constantes obstáculos, quando não aflições inomináveis em seus labores missionários, próprios de um mundo ainda moralmente atrasado.

Os próceres e cultivadores do obscurantismo, do egoísmo, do vulgarismo buscam manter, a todo custo, seu poder nefasto, instintivo, animalesco, primitivista, no qual se refastelam, se regalam a largo, reagindo, por todos os meios possíveis, ainda que insanos, a propósitos de elevação, renovação, reabilitação.

Os anais da história da humanidade acham-se, por conseguinte, repletos de testemunhos de fidelidade à causa maior do progresso – tarefeiros do Senhor que, envergando o hábito sublimado da religião, da ciência, da arte, do bem, tombaram, se imolaram ante multidões de desviados e perturbados, presos esses – então e ainda – aos liames do atraso, da perversidade, permissividade, ingratidão. A dedicação, a abnegação desses insígnies empreendedores, embora as armadilhas, o furor dos rebeldes, geraram - e geram - indelévels exemplos, inspirações, sementes, frutos que edificam moral, fraternal, espiritual, esteticamente a seara terrestre.

Os exércitos e legiões de iludidos são incontáveis: triunfadores e conquistadores à custa de sangue, pilhagens, misérias, rapinas; epicuristas, hedonistas, ostentadores do prazer fácil; governantes cruéis; fraudadores, aventos, falsários, contraventores de toda ordem; cínicos, sectários, intolerantes; os loucos potentados que mergulham povos e nações na dor, no pavor, na mais despótica opressão; vaidosos e vulgares que se pavoneiam pelos fugazes palcos planetários.

Somos assim, como os missionários de todas as eras, chamados ao trabalho, à alegria do serviço, à vigilância, à oração, à interioridade, à temperança, à paz. Certos somos de nossa pequenez e fragilidade humanas, mas igualmente cõscios da presença e do amparo Divinos, obreiros de última hora, quem sabe, o somos.

A humanidade – apesar das tragédias, atrocidades, obscuridades, apreensões, agressões à vida – evolui, se depura, se aperfeiçoa, se insere, cada vez mais, no glorioso concerto dos mundos. Há uma Lei Maior Inderrogável a nós legada por Cristo Senhor – a do aprendizado do amor, da plena fraternidade, pois fomos criados iguais, como filhos do Altíssimo, conduzindo-nos irreversivelmente ao exercício da tolerância, do respeito mútuo, da solidariedade, da sacralidade das relações, acima de todas e quaisquer diferenças raciais, religiosas, sociais, culturais. Há um Senhor, Deus Pai Criador, cujo poder de justiça, sabedoria, perfeição a tudo rege, tudo comanda, toca-nos a consciência e cujo Filho Amado, o magnificente Bom Pastor por Ele enviado, em missão sacrificial, ao mundo, nos convoca, milênios afim, à prática do fulgente preceito universal “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei”

Acesse o Boletim online no site www.credivertentes.com.br

AO PÉ DA FOGUEIRA

CAUSO DO PE. JOSÉ DUQUE

11 de agosto de 1955. 60 anos se passaram. As Histórias permanecem. Alegres. Engraçadas. Sempre sábias.

PE. JOSÉ DUQUE: HOMEM DE FÉ, HOMEM DE DEUS

Conta a oralidade local que, nos anos quarenta, uma senhora moradora nos arredores do Bananal – ou Barreado – distante alguns quilômetros de Capelinha, estava gravemente enferma. Como a família era muito católica, piedosa e temente a Deus, se viu na obrigação religiosa de solicitar a presença do Pe. José Duque para dar-lhe a Extrema-Unção.

Vizinho, talvez parente, aliás, nesses povoados todos são considerados como única família, foi escolhido para esse dever o Sr. José Divino que, prontamente, preparou seu cavalo, matula e garrafa de café e, sem demora, antes mesmo que o dia amanhecesse, começou a longa viagem de quase, ou mais, de quarenta quilômetros. Era necessário se apressar para que a enferma esperasse a sua volta trazendo consigo o padre.

Bem à tardinha, cavalo e cavaleiro cansados, chegam a São Tiago, na casa do Pe. José Duque, que acolhe o Sr. José Divino familiarmente. Depois de se inteirar da razão de tão inusitada visita, ordena à irmã:

- Erundina, prepare a janta e a cama para nossa visita. Ele deve estar cansado e faminto. Depois, chame um vizinho para dar água e milho ao animal e soltá-lo no pasto. Vá também à casa do padrezinho – Pe. Francisco Elói – e avise-o de que amanhã, bem de madrugada, ele irá com esse senhor lá pras bandas de Capelinha, levar a Extrema-Unção a uma enferma.

Sr. José Divino ficou apavorado:

- Não vou poder aceitar. Tenho certeza de que a senhora não vai esperar. Ficarei com remorso. Todos irão se preocupar porque vamos chegar lá só amanhã à tardinha.

Ao que Pe. José Duque redarguiu:

- Fique tranquilo. Durma sossegado. Descanse. Nada vai acontecer antes da chegada de vocês.

Sr. José obedeceu.

Na madrugada seguinte, tudo saiu conforme planejado pelo saudoso padre.

Ao chegarem no povoado, Pe. Francisco entrou no quarto da enferma, rezou, administrou o Santo Sacramento, sendo acompanhado consciente e fielmente pela moribunda.

Finalizado o ritual religioso, cama arrumada e jantar na mesa, o padre lavou as mãos, o rosto e sentou-se à mesa com o dono da casa.

Ao terminarem a refeição, foram chamados e avisados que a senhora estava em paz. Fora chamada santa e silenciosamente para os braços do Pai.

Deus havia providenciado para que ela esperasse a presença do padre e o último Sacramento: cumpriam-se assim as palavras de fé e a profecia do Pe. José Duque.

Carlita Coelho



ADIVINHAS

- 1- Qual é a palavra que só tem três letras e acaba com tudo?
- 2- Quando é que um tigre se parece com um velho?
- 3- O que é que nasce grande e morre pequeno?
- 4- O que é que o cirurgião e o matemático têm em comum?
- 5- O que é que uma pulga pergunta a outra?

Respostas: 1- Fim; 2- Quando é um tigre de bengala; 3- O lápis; 4- Ambos vivem fazendo operações; 5- Vamos a pé ou apanhámos um cachorro.

Provérbios e Adágios

- A morte não chega de véspera.
- Antes calar que mal falar.
- Quem quer faz, quem não quer manda.
- Quem vê a barba do vizinho arder põe a sua de molho.
- Quem usa cuida.
- Deus ajuda quem cedo madruga.

Para refletir:

- A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las. *(Aristóteles)*
- O que a vida quer de nós é coragem. *(Guimarães Rosa)*
- Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos. *(Pe. Antonio Vieira)*
- Há três tipos de amigos: os que cultivamos pelo divertimento que nos oferecem, os que procuramos por aquilo que podem fazer por nós e os que amamos pelo que são. *(Aristóteles)*

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

D^a Maria Rita do Nascimento

Em momento(s) de regozijo, congraçamento familiar e da comunidade são-tiaguense, realizaram-se as festas celebrações de centenário de D^a Maria Rita do Nascimento ("Dona Maria do Aristides"), presentes a sua vasta e laboriosa descendência.

Nascida aos 05/10/1916, D^a Maria Rita ainda esbanja vitalidade, plena lucidez, agilidade físico-mental, desenvolvendo e desempenhando normalmente suas atividades domésticas, pessoais e sociais, frequenta a igreja, desloca-se sozinha pelas ruas, um exemplo notável de fortaleza, fé, energia. Comemorações dessa natureza são algo raro em nosso meio, ainda mais nas excepcionais condições de D^a Maria Rita.

Nosso boletim associa-se e irmana-se às justas homenagens prestadas a D^a Maria por sua família e comunidade, representados por seus filhos, netos, bisnetos, tataranetos, sobrinhos e demais familiares.



Como poderei homenagear você, se todas as formas parecem simples, diante do que você merece.

O que são 100 anos?

Ao longo da vida criamos metas, às vezes sonhos altos, longes, grandes. É claro que sonhar é a certeza de dias vividos, e esses dias vividos em busca de sonhos hoje chegam a 100 anos. Mas completar 100 anos de vida exige muito mais do que ter saúde.

A presença de Deus sempre se faz presente, Deus escolheu dar-lhe este presente graças à sua vontade de viver, ao seu amor incondicional.

Maria Rita do Nascimento, nome simples, humilde, que transformou esta mulher em guerreira, carismática, forte, sempre presente em nossas vidas. Mãe de seis filhos, que construiu uma história recheada de dignidade, cheia de princípios e sempre com muito amor. Não é qualquer Maria que tem uma história como esta.

Vó Maria, Dona Maria, Vó preta, Maria do Aristides, você nos ensinou que nas pequenas coisas, como andar descalço, tratar de galinhas, buscar água na fontinha, são princípios que nos mostram o valor das coisas que sempre devem estar presentes quando conseguirmos conquistar grandes coisas, não devemos esquecer de onde viemos e nem o que aprendemos com a simplicidade de quem completa 100 anos.

Aos cinco dias de outubro de 1916, Maria chegava ao mundo para fazer sua história, 6 filhos, noras, genros, 21 netos, 20 bisnetos e 2 tataranetos. Você Vó Maria Rita, é nosso motivo de orgulho, temos a imensa honra de apresentar esta mulher de fibra, que aos 100 anos soube criar sua família, que hoje se faz presente para celebrar com muito carinho esta data tão importante em nossas vidas.

Hoje é seu aniversário e nós gostaríamos que você sentisse algo especial no peito, uma vontade de viver, uma alegria incontrolável, uma satisfação por estar completando 100 anos de vida, com quase todos os sonhos realizados. Porque fazer aniversário é sentir nascer uma esperança de dias melhores e você vovó, tem contribuído muito pela união da família.

Tem coisas na vida que só a experiência é capaz de criar. Quando vejo sua forma serena de encarar o mundo, eu aprendo muito.

Hoje posso ver que você é como uma flor apreciada por todos nós. Uma flor que todos querem tocar, e ao mesmo tempo proteger. Uma flor dada a cada um de nós por Deus. Por ser um sinal visível de seu amor por nós.

Eu peço ao Senhor que neste dia especial, você receba Dele, o melhor em sua vida, o dom perfeito e toda boa dádiva.

Nunca se esqueça que Deus fez de você uma grande mulher, e lhe deu capacidade e fé de cuidar de toda nossa família, sendo um exemplo de mãe, esposa, avó e mulher.

Parabéns pelo seu dia, pela sua vontade de viver bem e alegre, pelo seu caráter e por todas as conquistas da sua longa jornada.

Tenho certeza que completar 100 anos é realmente uma arte.

Obrigado Deus...

Parabéns... Felicidades...

Um grande abraço de seus filhos, noras, netos, bisnetos e tataranetos.

Juliana Santiago

(Mensagem lida na missa em homenagem aos 100 anos de D. Maria Rita)

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA: a prática pedagógica como eixo da reflexão – a escola e a avaliação

A escola no Brasil, em si, é excludente, de questionável aferição. Basta observar os números de reprovação, evasão escolar, conflitos relacionais vividos interna e externamente e que chegam às manchetes dos jornais. Percebe-se um não cumprimento real de sua condição e função de espaço da aprendizagem, de inserção social e de cidadania do educando. Os alunos, por razões várias e mesmo naturais, apresentam características pessoais e sociais singulares – e mesmo díspares – em suas etapas de desenvolvimento e rendimento escolar. Uma espécie de não engajamento ou não assimilação metodológica aplicada. Os docentes e profissionais da educação, por outro lado, não são devidamente estimulados e valorizados, a começar pelos péssimos salários e más condições operacionais e pedagógicas. Uma sociedade e um Poder Público omissos quanto às suas efetivas responsabilidades...

A escola, como espaço de aprendizagem, lida com seres em desenvolvimento, em processo de construção de identidade, que aprendem sobre si mesmos, sobre os outros, sobre relações históricas, sobre a sociedade. Um processo, em suma, de desenvolvimento global, envolvendo diferentes habilidades, capacidades e áreas: cognitivas, linguísticas, motoras, de equilíbrio pessoal, inserção social, relações interpessoais. São diferentes conhecimentos e conceitos gerados pela sociedade; são os desafios de inserção nessa mesma sociedade, na busca e preparo ao pleno exercício da cidadania; são conteúdos, capacidades, habilidades, valores a serem persistentemente considerados, articulados, pensados, trabalhados...

O professor deve considerar e permear, assim, o desenvolvimento integral do educando, suas características individuais e extensivamente o contexto grupal vigente, conduzindo ao fortalecimento de seu processo autônomo, crítico e de ousadia social, a construção de competências em prol da formação cidadã, da superação de qualquer forma de excludência ou discriminação (por razões afetivas, raciais, étnicas, culturais etc.).

Há que se repensar, ademais, as formas e critérios de avaliação, igualmente questionáveis, inadequados, numéricos, porquanto desconsideram identidades e potencialidades dos educandos, suas condições de vivência, a realidade dinâmica moderna, merecendo serem revistos e (re)adaptados às peculiaridades sociais atuais.



PERGUNTA: Como inserir o aluno com dificuldades de aprendizagem ou inadaptação ao processo educacional regular vigente?

I – Que os conteúdos e currículos ministrados tenham contextos afins à identidade pessoal e social da criança e do adolescente e da realidade do País. Geralmente esses conteúdos e informações são “letrados”, “cifrados” e um tanto quanto desarticulados do contexto social da maioria das crianças, quando não exibem um ângulo ou viés estereotipados. Ou seja, que haja um olhar mais “social”, mais “humanizado” ao se trabalhar a matéria prima do conhecimento;

II – Maior atenção, ou no mínimo equilíbrio, quanto à atenção afetiva (há preocupação concentrada na dimensão cognitiva-linguística), de forma a se permitir um desenvolvimento integral e harmônico do educando;

III – Maior envolvimento e instrumentalização na formação do educando no tocante ao equilíbrio pessoal, relações interpessoais, reconhecimento e desenvolvimento de valores e aptidões pessoais que levem à construção de uma sociedade respeitosa, igualitária, democrática. Trabalhar, obviamente e em paralelo, o cognitivo, gerando-se segurança nas relações, o domínio do medo de errar, a melhoria da autoestima, etc.;

IV – Atenção às bagagens culturais e aos valores sócio-familiares do educando, dando-se voz e vez aos grupos excluídos (negros, indígenas, favelados, do meio rural, etc.);

V – Desenvolvimento de aspectos e experiências motoras, lúdicas, culturais (folclóricas), das realidades mais próximas do dia a dia do educando, buscando-se, ademais, boa relação e aproximação com o aluno, administração de conflitos, uma ambiência sadia em todos os níveis;

VI – Reavaliação dos processos e práticas convencionais de avaliação, geralmente de metodologia excludente, em que se empregam parâmetros “mecânicos”, “simplistas” (apto/não apto), alterando-se as estratégias e recursos didáticos, conteúdos, estimulação, etc.;

VII – Interação com a família (acompanhamento da frequência, rendimento escolar, discussão de metas e etapas de estudos, reuniões), sempre com foco individualizado/atendimento personalizado ao educando, em interação e sinergia com a família.

O GOVERNADOR “CANHOTO”

Milton Campos, governador do Estado de Minas Gerais (1947/1951), político e jurista de renome, construiu em torno de si, um quadro de respeitabilidade, competência e probidade administrativas, algo incommon e encontrado em poucos homens públicos brasileiros.

Cabem ao governador Milton Campos, além de sua exemplar honradez, duas grandes iniciativas em prol do desenvolvimento do Estado: I – o primeiro planejamento administrativo-econômico do Estado, denominado “Plano de recuperação e fomento da produção” (este Plano incluía até a distribuição de sementes, ferramentas e concessão de crédito para pequenos e médios produtores rurais do Estado); II – a Lei nº 510, de 30/11/1948 que autorizava o Estado a organizar sociedades de economia mista e delas participar para a construção e exploração de centrais e usinas elétricas, origem da atual CEMIG, efetivada pela Lei nº 828, de 14/11/1951, já no governo Juscelino Kubitschek)

Humanista, homem prático, arguto e de bom humor, contam-se sobre inúmeros fatos pitorescos.

I – Num banquete oferecido no Palácio da Liberdade ao General Mendes de Moraes, então prefeito do Rio de Janeiro, em visita ao nosso Estado, numa falha do cerimonial (ou talvez inexistente esse, à época), o General foi colocado à esquerda do governador.

Vaidoso e cioso das medalhas ostentadas e do cargo, o ilustre militar manifestou sua insatisfação, alegando que o seu lugar devido era à direita do governador, reclamando disso ao mestre de cerimônias palaciano, que, de pronto, levou-o ao conhecimento do governador. Milton Campos, ao ser cientificado da reclamação, esclareceu, com finesse, ao interlocutor:

- Isto não tem importância. Diga ao general que sou canhoto...

(Sobre Milton Campos ver matéria em nosso boletim nº LXXVIII - março/2014)

Legislação Medieval

considerações e aspectos

“O poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente” (Lord Acton, 1887).

A legislação medieval – cuja aplicação, seja em seu pleno rigor ou de forma atenuada – se estenderia por tempos, além do século XV, por praticamente toda a Europa, consistia especialmente nas denominadas “provas sobrenaturais” ou de “legitimidade divina”. Ou seja, a absolvição ou condenação consistia na tomada da posição “divina”, a partir de indícios ou sinais, pró ou contra o acusado. Uma espécie de fé legal, baseada em oráculos. Eram fórmulas ou dispositivos, inclusive a tortura, de condenar “impenitentes” por seus crimes ainda que secretos, inconfessados. Partia-se da premissa de que, se impossível o conhecimento certo, o mais intolerável, porém, seria a incerteza.

AS PRINCIPAIS “PROVAS SOBRENATURAIS” ENTÃO EXIGIDAS ERAM:

I – O julgamento do réu por meio de suplícios, nos casos tidos como graves ou em que a palavra (depoimento) do acusado não era “confiável” ou não aceita. A pessoa era, geralmente, queimada com ferro em brasa ou submersa em água gélida. O suplício, por meio do fogo, consistia em o acusado percorrer determinada distância carregando um ferro em brasa. As queimaduras, daí advindas, eram envoltas em ataduras, durante dias, sendo, então, examinadas pelos juizes. Feridas, em processo de cicatrização, apontavam para a inocência do acusado; se havia inflamação, era culpado na certa.

Na tortura com água gelada, o acusado era amarrado e mergulhado em “água santificada”. Se afundasse, era sinal de inocência; se boiasse, sinal de pecado “pesado” ou capital, portanto culpado e sumariamente sentenciado.

O especialista ou responsável pela execução dos processos de suplício era a Igreja da época. Por exemplo: o padre juiz era quem determinava a distância que o acusado tinha que percorrer, carregando o ferro em brasa, a temperatura do ferro, se a ferida tinha “sarado” ou “inflamado” etc. Igualmente era o padre quem “santificava” a água, verificava os nós da mordaca, decidia se o acusado tinha “flutuado” ou “afundado”. - Poder absoluto!

Somente em 1215, no IV Concílio de Latrão, a Igreja proibiu a participação do clero nos suplícios. Dessa forma, privada da “aprovação divina”, tais “provas” foram substituídas pela confissão obrigatória. As modalidades cruéis de julgamento viriam a desaparecer, em tese, da Europa Ocidental, vindo, porém, a ser ressuscitadas, ou melhor aprimoradas da mais forma mais vil, hórrida, pela Inquisição.

II – Compurgação ou “aposta no direito” para os casos menos graves, ofensas leves, ditos venais. O acusado jurava inocência com o testemunho de outros. Deduzia-se que o acusado e testemunhas não iriam se expor à “condenação eterna”, “vender a alma ao diabo”, “queimarem eternamente no inferno”, por falso testemunho e perjúrio.

A compurgação também entraria em declínio como “prova sobrenatural”, dado o ceticismo, quanto à probidade, das partes envolvidas, seja do acusado quanto aos assistentes do juramento.

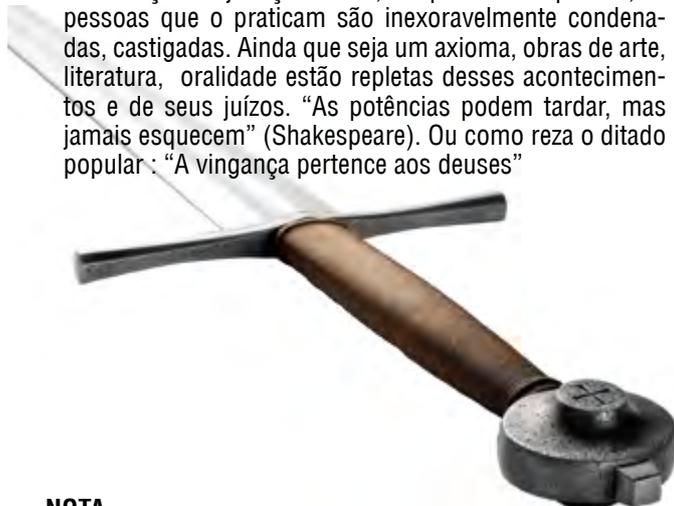
III – Duelo, para os casos gravíssimos. Partia-se do pressuposto de que Deus, num duelo entre dois contendores (acusado x acusador) se poria ao lado do “justo”. Se, por um lado, tais práticas representavam uma postura de humildade e submissão humana ante a autoridade divina, por outro lado, eram uma arrogância, um ultraje, exigindo que Deus tomasse parte e estivesse à disposição de seres humanos, a qualquer hora, como se subordinado a dar respostas a questões, interesses e situações perfeitamente passíveis de solução pelas leis humanas.

O julgamento, por meio do duelo, cairia em descrédito. Partes envolvidas - por razões de idade, enfermidades, incapazes de representar a si mesmas - passaram a contratar outros para duelar em seu lugar. A taxa de mortalidade nos duelos tornou-se devastadora, especialmente entre jovens nobres, tão qualificados e necessários aos exércitos, levando muitos soberanos a abjurar tal prática. Em 1818, era oficialmente abolida o duelo na Europa.

O JÚRI

Aos homens, enfim, caberia o ônus de descobrir os fatos, evoluindo para o sistema de júri, instituído na Inglaterra já em 1220. O júri tornava-se uma exata analogia humana de Deus, em que a descoberta humana dos fatos vencia a descoberta divina (dos mesmos fatos). Tal mudança geraria grande desconfiança, descrédito entre as pessoas simples daquele tempo – e mesmo até hoje - daí dizer-se das leis que “os ladrões as aprovavam para ladrões”. O sistema de júri é, ainda hoje, questionado, pois não é obrigado a explicar seus motivos nem justificar suas decisões. Não lida, assim, o júri como os fatos o são – ou o foram realmente - mas como lhes são transmitidos, sendo suas decisões inquestionáveis, inescrutáveis, definitivas!⁽¹⁾

Ao lado das leis “divina” e “humana”, outra lei permeia a justiça. É a lei da “natureza”, autorreguladora, no pressuposto de que vivemos num universo que tem propósitos, princípios ordenados. Para muitos, é extensão, braço da lei “divina”. A ação da natureza afetando a fisiologia, temperamentos, consciência, personalidade; a ação, enfim, das forças vivas ou sobrenaturais que alteram o ambiente, transformam a matéria, fenômenos climáticos, forças físicas da flora, fauna, bem como tragédias, acidentes, doenças, cataclismos, atestando uma reprovação a atos humanos lesivos, sejam eles individuais ou coletivos. Somos assim levados, convencidos quanto à ação e intervenção da justiça natural, de que o mal é punido, as pessoas que o praticam são inexoravelmente condenadas, castigadas. Ainda que seja um axioma, obras de arte, literatura, oralidade estão repletas desses acontecimentos e de seus juízos. “As potências podem tardar, mas jamais esquecem” (Shakespeare). Ou como reza o ditado popular: “A vingança pertence aos deuses”



NOTA

(1) Segundo historiadores e literatos, o dramaturgo grego Ésquilo (525 a.C-455 a.C) em sua tragédia “Oresteia” foi o primeiro autor a abordar o sistema de júri. A peça trata, em sua essência, de um tumultuoso julgamento em que o personagem Orestes – acusado de matricídio – é absolvido pelo voto de Minerva da deusa Atena.

A LEI CONSCIENCIAL

A Justiça consistira, para outros pensadores, num parâmetro ético, de autodomínio, de grandeza integral, renúncia e não pelo seu exercício exterior. Algo ainda utópico para os nossos dias ou nossa assimilação. A ação do autocontrole, da abdicção individual em prol do bem maior. A magnanimidade, o perdão, a generosidade, a mais extremada indulgência. A mente resgatada da maldade, conduzida à virtude, a vivência na beleza. Seremos, em síntese, justos e belos. O sermos em tudo melhores, a cada momento, triplicando valores de autoaperfeiçoamento, de sublimação, de fraternidade.

O reino do consentimento sobrepondo-se ao reino da força; o reino da arte, da estética em lugar da lei arbitrária. Nada é forçado e sim dissuadido, conscientizado, democratizado, transformado, transmutado qual a fervura do alambique a depurar impurezas, transformar o caldo mineral no mais refinado ouro líquido.

A espada tendo aí poder inferior, vulnerável, senão inútil ante o manto do conhecimento, da ética, de uma legislação superior, consciencial. O poder temporal, ainda que escudado na lei “legal”, é reconhecidamente injusto, violento, por vezes degradante.

O LIDER

Para o famoso sociólogo Max Weber, o líder, para estabelecer sua autoridade, deve/pode trilhar três caminhos:

I – “autoridade feudal” ou “autoridade do eterno passado”, exercida por patriarcas e suas regras também patriarcais.

II – “autoridade do carisma” – o culto da personalidade, exercido tanto pela autoridade eleita quanto pelo demagogo.

III – “autoridade legal” exercida pelo servidor do Estado.

A teoria política medieval dividia a soberania em dois corpos. Um, o corpo físico, natural do rei, sujeito a deterioração como qualquer ser; outro, o corpo político real, imutável, “divino”, representando a unidade da nação. “The king do not wrong” (O rei não erra) não podendo ser responsabilizado, ainda que tivesse cometido crimes hediondos, como usurpação, fratricídio ao assumirem e administrarem o trono.

Para Max Weber, a verdadeira autoridade, para se sustentar, é – ou deveria ser – uma combinação dessas três modalidades, ou seja, feudal, carismática, legal.

Para o escritor americano Stephen Greenblatt, soberania e poder envolvem encenação. O domínio da prestidigitação, de se parecer virtuoso, mas não o sendo! Uma peça ricamente trabalhada, o invólucro envernizado sob a superfície, porém sem garantia de conteúdo sadio. Daí muitos governantes encararem a arte de governar como uma arte de encenar, preocupando-se mais com a imagem de governante justo do que com a sua própria legitimidade e competência. Governar passa ser, então, uma espécie de truque de mágica ou em linguagem mais crua, a arte de tapear. Não estão aí, por acaso, as empresas de publicidade, os marqueteiros, para fazerem esse papel “tapeador”, ilusionista, levando nações e povos ao caos?!

O objetivo do poder dinástico, aristocrático, populista é fazer com que o pior seja dourado, apresentado como poço de virtudes, o melhor dos mundos, aquilo que, na verdade, pode ser – ou o é – um antro de venenos. Astúcias! Como hoje e em todos os tempos, o poder temporal é essencialmente impuro, falacioso, quando não doloso. E a justiça humana ainda é frágil, pálida conquista do direito, não alcançando e punindo tais modalidades de delinquência!

OUTRAS VISÕES DA JUSTIÇA

Há, notoriamente, segundo muitos pensadores, uma justiça natural ou universal, que faz com que sorvamos do próprio veneno preparado para outros. Leis naturais, morais que são tão indestrutíveis quanto as leis da física, tão incontornáveis quanto a lei da gravidade.

Há, ademais, os que tem compromissos ou crença em uma justiça ideal, canônica, quiçá perfeita. “Só pelos ditames do direito ninguém a salvação consegue”. São elas pessoas provavelmente puras, virtuosas, de pouca ação e muita procrastinação, a quem Nietzsche as denominava de “niilistas”, “dionísicas”. Para tais juízos, a corrupção envolve e conecta, não só o corpo, mas também o religioso, o espiritual. Só se pode aplicar a justiça ante provas irrefutáveis, confissão espontânea, autoincriminadora, autoexpungida. Um compromisso extremado com o perfeccionismo moral. São idealistas, de uma justiça

utópica, admonitória, receosa dos julgamentos humanos, passíveis de erros e fraudes, e principalmente da clâmide sobrenatural-divina.

Nossos governantes, legisladores, julgadores presumem ter adquirido a imunidade ou qualidade de soberanos, escapando à possibilidade de alguém, qualquer pessoa venham a lhes requisitar explicações sobre seus atos. Criam leis, regulamentos, redomas, por vezes acintosos, com os quais se protegem. Em tempos idos, para se sentir seguro, o rei, ante a ameaça conspiratória, ainda que febril, imaginária, paranoica de ser destronado, mandava matar seus rivais, mesmo da própria

linhagem e sangue. Os soberanos de hoje usam subterfúgios, alianças escusas, engodos, de forma a desconsiderar os críticos, os adversários. Métodos “modernos” de cooptação, intimidação, cinismo, manipulação, fraude “legal”. São os “guardiães” do bem, da moral, pérfidas falácias. Contam, para tal, com a bovina inércia da sociedade, as tendências à indolência próprias do ser humano que a tudo aceitam, como se provindos dos “céus”. Sem consi-

derarmos os conchavos, os conluios abjetos entre os grupos que dominam e repartem o poder. Dessa forma, dissidentes, profetas, retóricos, intelectuais, ao falarem para o futuro, obviamente, não são palatáveis a esses “soberanos”

Governantes carismáticos, via de regra, são demagogos, passando por cima de regras e convenções, tornando-se, apesar de seus contumazes excessos, amados, intra e extra-muros. Utilizam-se de seu magnetismo pessoal, geralmente maquiado, falsificado em exclusivo interesse próprio. Torcem as boas causas em interesses escusos ou por caminhos próprios, personalistas. Jactanciosos, são incapazes de sentir vergonha, homens que, segundo Freud, não se tocam pela moralidade e honra, sendo-lhes peculiares e indissolúveis a sedução, a ameaça, a auréola.

Carismáticos costumam se cercar de desonestos (obviamente com roupage de idôneos), homens que, no poder, invertem a retórica da lei: as legislações são amenizadas, ladrões passam a condição de gentis homens, marginais tornam-se cavaleiros da corte. Dessa forma, demagogos, todos eles de viés autoritário, transformam em autoridade os áulicos que os bajulam e falam o que o chefe quer ouvir.

Não aprendemos a lição. Vivemos de fábulas, hipnotizados pelos cantos das sereias que dominam e maculam o poder. Sócrates advertia, em seu tempo, em sua luta contra os sofistas: “Se um poeta sedutor chegasse à cidade, nos ajoelharíamos diante dele como se fosse um homem sagrado, maravilhoso, amável” (Platão, A República, 398(a)).



Festas de casamento ANTIGAMENTE



Em todos os tempos, lugares e sociedades, as festas de casamento foram/são sobremaneira marcantes. Eram não só a concelebração ente noivos, mas principalmente entre famílias, clãs, coletividades, perpetuando-se tradições e gerações. Muitos, senão quase todos os enlaces nas famílias aristocráticas ou (mesmo) as ditas tradicionais, eram, em tempos idos, por conveniências políticas, econômicas, arranjos entre os pais dos nubentes.

Para as mulheres, nossas antepassadas, em épocas sem maiores espaços ou oportunidades (estudos, trabalho, carreira profissional etc.), o casamento era o fato, quiçá, o mais importante de suas vidas, mormente se de sua escolha e por amor.

Nas cidades e fazendas, os preparativos levavam meses. Muitos desses casamentos eram celebrados nas próprias fazendas, em especial se filhos de fazendeiros os noivos. Cozinheiras e doceiras, além das mulheres da casa, eram contratadas. Panelões, tachos, talheres, bacias, gamelas, conchas, utensílios requisitados. Durante dias, fogões e fornos a lenha, instalados em barracões ou mesmo ao ar livre, não tinham descanso. Cardápios especiais que envolviam carnes de todos os tipos, quitandas, massas, lácteos, vinhos finos, licores, cervejas caseiras. Biscoitos, bolos, doces, pudins, tortas, carnes preparadas. Convites expedidos. Enxovais meticulosamente confeccionados por costureiras, artesãs ou adquiridos em lojas requintadas da região ou até no Rio de Janeiro (há referências, em nossa região, a enxovais adquiridos em Paris, como o da família Maia). Faxina geral na casa, em todas as dependências, até cômodos do quintal. Móveis reparados, lustrados. Dormitórios preparados, pois o noivo e sua família chegavam na véspera, assim como dezenas de convidados.

A escritora e memorialista Walpira O. Gomes Bonfadini, em sua obra “Lembranças que o tempo não apagou”, nascida na Fazenda Rio do Peixe, ali vivendo parte de sua infância, faz uma peculiar reconstituição do casamento de seus pais : Aristides e Maria José (Tia Zeca) em 16/12/1905:

“Naquela época, entre filhos de fazendeiros, a cerimônia e festividades eram realizadas na própria fazenda. O noivo vinha com parentes e amigos, todos a cavalo. Da casa da noiva, iam ao encontro, o pai desta, irmãos e convidados e quando se dava o encontro, seguiam-se os cumprimentos e o regresso à fazenda; faziam-se duas alas, ao centro ia o noivo, seu pai e sogro, que montavam belos animais de raça.

A fazenda (Rio do Peixe) foi toda decorada com flores; nas porteiras, arcos de bambus e, ao invés de flores, a decoração era com cachos de uva. (Na véspera) o pai da noiva e outros parentes ficaram na divisa da fazenda e ali aguardavam o noivo, seus pais e familiares. Era o encontro, no momento soltavam fogos, os que ficaram na fazenda sabiam que o noivo estava chegando.

Mamãe disse-me que para a espera, usou um vestido rosa salmon (...), a blusa em nervuras e entremeios de renda; calçava um borzequim (botinhas), tinha os cabelos soltos, presos atrás por uma fita da cor do vestido; como joia usava aquele cordão de ouro que dá duas voltas, que pertenceu a vovó Ignácia (...) e o brinco de brilhante que tinha sido presente de noivado de vovô (Antonio Carlos) para vovó (Ignácia)...

Dia quinze de novembro, quando a comitiva se aproximou da fazenda, mamãe, emocionada e feliz, viu Aristides seu noivo, entre vovô Antonio Carlos e vovô João Batista, em volta a ala de convidados. Quando chegaram, apeando do cavalo e subindo as escadas, ele beijou-lhe as mãos. Jantar festivo: à noite, o baile.

No dia seguinte, o casamento foi cedo, com missa celebrada na ermida, pequena capela ao lado da sala de visitas”

Sobre o altar, com toalhas bordadas em crivo e crochê, o missal, cálice, vestes do sacerdote; ao rés do piso, a almofada em cetim branco, formato de leques com plumas, onde se ajoelhariam os noivos. A seguir, a emocionante cerimônia nupcial. Almoço servido, de forma lauta. Aparelhos de jantar, de porcelana oriental com motivos em flores azuis, dispostos na larga mesa de sucupira, forrada por toalhado branco, tecido no tear, bordado à volta por rendas de abrolhos.

A mesa de doces, armada em forma de pirâmide, ao centro da sala contígua, também coberta com finas toalhas rendadas. Compoteiras em primeiro plano, com doces em calda, ambrosia, baba de moça, doce de leite, de figo, pêssego, cidra. No segundo plano, pudins, tortas, doces cristalizados adicionados em bandejas. O último degrau, ao alto, era colocada e reservada uma fruteira, com os frutos da época. Um dos bons bocados preferidos era o “bolo de esperança”, bolinho ou broinha feito de doce de cidra.

O quarto dos noivos, muito bonito, colcha de crochê em linha fina formando rosas, parecendo renda: o forro em cetim rosa; a toalha de linho tendo as barras em crochê, igual da colcha; o porta toalha em cetim branco, bordado com flores em matiz rosa. O jarro para água e bacia em louça porcelana também rosa. Ainda me lembro desse conjunto” (op. cit. págs. 17/18)

INDUMENTÁRIA DOS NOIVOS

O vestido de noiva era algo que exigia total atenção da família, costureira, modista. Vários os modelos, desde os mais simples até os mais sofisticados, geralmente em cor claro pérola, em seda e cetim. Mangas justas até o punho. Gola alta, com rolotê, talhado em nescas, ajustado na cintura, depois se abrindo em saia rodada. Uma faixa dupla, do mesmo tecido, partia da frente da cintura, passando pelos ombros, um imenso laço nas costas, indo as pontas até a barra do vestido com cauda pequena (ou longa). A grinalda formava uma trança grossa, do mesmo tecido do vestido., ornada com cordão de flores de laranjeira. O véu, via de regra, em renda italiana, continha, conforme o uso, sete metros de tule finíssimo, envolvendo os braços e o corpo em geral, acompanhando nas costas a bainha do vestido, ornamentado este por guirlandas de camélias brancas. Um colar de pérolas a enfeitar o colo.

O noivo, habitualmente, vestido com impecável terno. Calças escuras, paletó jaquetão preto, gravata borboleta, camisa branca, cravo na lapela, lencinho estilizado no bolso do paletó.

As damas, geralmente meninas da família, usavam vestidos de organdi rosa, saia com babadinhos franzidos, mangas fofas igualmente com babados. Conduziam, durante a cerimônia, a cestinha de alianças. As crianças e mesmo adultos usavam rolos de papel (papeletes) para cachear os cabelos.

NOTA:

O escritor João Lúcio Brandão, que viveu em São Tiago no final do século XIX, em sua obra “Pontes & Cia” descreve de forma pândega uma festa de casamento, envolvendo casório, banquete, comezaina, baile e catira (pág. 144, cap. XII). O mencionado romance tem clara ambiência em nossa cidade – personagens, fatos da época. Ver, a esse respeito, matéria em nosso boletim nº XXVII - Dez./2009.

BANCO DE MINAS GERAIS

O Banco de Minas Gerais S/A foi fundado pelo Cel. Benjamin Ferreira Guimarães e filhos em 1930. Foi vendido para o Banco Real (antigo Banco da Lavoura) em 1973, por algo em torno de US\$ 100 milhões (valor da época), diz-se por divergências entre familiares proprietários, ou seja descendentes do fundador. O Cel. Benjamin Guimarães era homem de enorme fortuna, tendo criado a Tecelagem Ferreira Guimarães em 1906, realizando grandes negócios, se enriquecendo neste e em outros ramos, entre a 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

Em 1992, Paulo Henrique Pentagna Guimarães criou o Banco Bonsucesso, com a finalidade de ser o braço financeiro da empresa CARBEL, famosa concessionária de veículos na capital mineira e de propriedade familiar. Hoje o Banco Bonsucesso atua fortemente no crédito consignado, num vitorioso sistema de franquia ou de correspondentes, que são remunerados contratualmente pela prestação de serviços. São mais de 900 lojas em todo o Brasil, com a marca do banco, que recebem propostas de empréstimos (cerca de 4.000 por dia), carteira hoje em torno de 2,7 bilhões, atuando o banco ainda na compra e venda de carteira de outras instituições.

O Cel. Benjamin Ferreira Guimarães tinha fortes laços com nossa região, por ter residido e se consorciado em Bom Sucesso com a Sr.ª Maria Ambrosina Mourão (Marriquinha).

Já, na mesma década (1930), o Banco de Minas Gerais implantaria agências em comunidades regionais, inclusive Bom Sucesso, ai aberta aos 10/04/1938, lembrando que vários acionistas do referido Banco, membros da família Guimarães, eram naturais desta cidade.



BANCO ALMEIDA MAGALHÃES

O Banco Almeida Magalhães, com sede em São João Del-Rei, foi praticamente, do meado do séc. XIX até inícios do século XX, a única casa bancária da região, onde pessoas – em especial as da elite rural e urbana – realizavam seus depósitos (aplicações) e também empréstimos.

Segundo Augusto Viegas em “Notícia Histórica de São João Del-Rei” (3ª ed. 1969, pág. 111), o Banco “Almeida Magalhães” foi fundado, na cidade de São João Del-Rei, aos 19 de março de 1860, pelo Cel. Custódio de Almeida Magalhães. Esclarece ainda o eminente autor: “Antes de 1860, todavia, já aqui fazia operações de crédito e de câmbio um ascendente dos diretores do Banco “Almeida Magalhães”, então um dos principais comerciantes da praça, João Batista Machado, com quem, em fevereiro de 1822, negociou cambialmente Saint Hilaire, como o relata em sua “Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas e São Paulo” (ver box – João Batista Machado)

BOM SUCESSO

O primeiro banco de Bom Sucesso – Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso – foi fundado aos 15 de Julho de 1928, iniciando-se com o capital de 220 contos de réis, abrindo suas portas, dia 15 de agosto do mesmo ano. Esta instituição, embora funcionasse rentavelmente e com bom atendimento à população, viria a ser encampado em outubro de 1934 pelo Banco da Lavoura e sob esta marca funcionou até janeiro de 1971, quando encerrou, de vez, suas portas em Bom Sucesso.

O Banco Nacional inaugurou sua agência em B. Sucesso dia 01/04/1946, encerrando suas atividades na cidade em 01/06/1964. O Banco do Brasil, por sua vez, inaugurou sua agência em Bom Sucesso aos 15 de outubro de 1960.

PASSA TEMPO

“A primeira instituição bancária a ser instalada em Passa Tempo foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, cujo fundador Dr. Clemente de Faria era casado com uma filha de nossa terra, D. Geni de Andrade Faria, filha de Gabriel A. de Andrade e D. Áurea Ferreira de Andrade. Seus filhos Gilberto Faria e Aloyzio Andrade dirigiram os Bancos da Lavoura e Real. Desde 1937, esse banco serviu à comunidade de Passa Tempo (...) Posteriormente, o Banco da Lavoura tomou nova denominação “Banco Real S/A” (Antonio Pedro da Silva Faleiro – “Passa Tempo através do tempo” Be”o Horizonte, VBR Artes Gráficas, 3ª ed. 2010, págs. 78/79)

COMENDADOR JOÃO BATISTA MACHADO

Em sua esmerada obra “História do Comércio em São João Del-Rei” (1997), o professor e historiador Antonio Gaio Sobrinho, nosso dileto amigo e colaborador, nos brinda com preciosas referências, fruto de meticulosas pesquisas, sobre o Comendador João Batista Machado:

“...a notável figura do Comendador João Batista Machado (...) que foi o patrocinador da pintura do teto da Matriz, a quem Luccock se refere, dizendo:

‘logo por debaixo do coro e sob a proteção de São João (sic), o artista esforçou-se por colocar um retrato do cavaleiro à cuja custa o serviço fora executado (Luccock, 1975, p. 302) E alhures: muitos comerciantes de São João possuem casas fora da vila, nelas passando boa parte de seu tempo (...) Na propriedade do senhor João Batista Machado que, por mercê de sua grande fortuna, levou a alcunha de Meio-Milhão, encontramos todas as belezas da natureza, mas nenhum dos confortos de que abunda a casa do mais humilde dos negociantes da Inglaterra. Os quartos eram compridos, mas sujos e vazios de mobílias; não havia vidros às janelas, nem tão pouco dependências, fora da casa, apropriadas à categoria de seu dono, embora fosse ele o único em toda a vizinhança a possuir coche. Seus cavalos eram bons e, enquanto já de meia idade, cavalgava-os com muito garbo (Luccock, 1975, p. 314)

Mais interessantes, porém, são as referências e críticas que lhe fez Saint-Hilaire:

“Dera-me o procurador de João Rodrigues Pereira de Almeida uma carta de crédito para o principal negociante de S. João, o Sr. João Batista Machado. Apresentei-me à casa deste homem, a quem encontrei estendido sobre o seu balcão. Nem mesmo se levantou para me receber. Fez ler minha carta e disse-me que estava pronto a honrar a assinatura do representante de João Rodrigues, mas se eu quisesse receber o dinheiro, precisava aceitar um desconto de 6%, porque no Rio de Janeiro só se pagava em papel que em S. João tinha tal depreciação. Combinei com o homem voltar à noite, mas quando me apresentei, disse-me que estava deitado. Ofereci ao filho inscrever, no recibo que sacara, o dinheiro pedido em valores metálicos, devendo, portanto, ser reembolsado, da mesma forma, no Rio de Janeiro. Disse-me o filho que não poderia aceitar a proposta sem falar ao pai e despachou-me para o dia seguinte. Aliás, não me fizeram, nesta casa, a menor gentileza, a mais ligeira oferta de préstimos. Não me espantei, porém, quando soube que o sr. Machado era europeu. Como tive, muitas vezes, a ocasião de observar os negociantes europeus, estabelecidos no Brasil, são quase todos grosseiros e sem educação. Muitas vezes mesmo nem sabem ler e escrever, tendo começado do nada. Enquanto os brasileiros dissipam descuidosamente o que possuem, os europeus juntam tostão por tostão, privando-se de tudo para se tornarem ricos. A primeira regalia que se oferecem é a posse de uma negra que lhes sirva de amante, cozinhe, limpe, lave a casa, chegando a fazer o que os americanos, em geral, só admitem aos homens, isto é, que vá buscar água e lenha. Ao se tornarem ricos, conservam a grosseria inata e a ela sobrepõem a mais insuportável arrogância, tratando com desdém os brasileiros, a quem devem a fortuna (Saint-Hilaire, 1974, p. 42 a 43)

Magoado, o ilustre naturalista francês parece que nunca mais se esqueceu do fato, pois, em outra oportunidade, generalizando, voltou a estigmatizar:

“A população comercial da vila é renovada incessantemente por jovens vindos das províncias as mais distantes de Portugal, jovens que não receberam educação nenhuma, mas que são orgulhosos de terem nascido na Europa. Após servirem como caixeiros, esses jovens começam a negociar por conta própria; tornando-se negociantes, conservam toda a grosseria de seus costumes, mostrando mais orgulho que anteriormente, porquanto já possuem qualquer cousa. Por sua vez, fazem vir da Europa, para aprender o comércio, homens de suas famílias, tão sem educação quanto eles, sendo assim que a ignorância e a falta de civilização se perpetuam em S. João del-Rei. A população das outras vilas da província não se renova pelo mesmo modo porque são menos comerciantes e mais arraigada ao interior.

Quando, pela terceira vez, fiz a viagem de Minas, fui portador de uma carta de crédito, endereçada por uma casa muito conceituada do Rio de Janeiro, a um dos homens mais ricos de S. João. No momento em que entrei em sua casa, achava-se ele deitado sobre o balcão; e não somente não me fez a menor delicadeza nem ofereceu o mais ligeiro préstimo, como também não se dignou levantar-se para receber-me, e fez-me ler a carta que lhe apresentei. Tais modos são assaz estranhos, sem dúvida; mas eles não me surpreenderam quando soube que o homem que assim procedera era um europeu” (Saint-Hilaire, 1941, p. 211).

O que espantou a Saint-Hilaire prossegue praticamente até os dias atuais. O desprezo de muitos estrangeiros ou mesmo nacionais que se enriquecem, em nosso País, maltratando, ridicularizando, pilhando nosso povo. Aí estão empresas de médio e grande porte predando nossos recursos. Ouvimos, certa feita, de um empresário europeu, que chegou ao Brasil com uma mão na frente e outra atrás, da área de laticínios e que, enriquecendo-se à custa da miséria de nossos produtores, fazia piadas e chacotas ao povo e ao País.



Importância da qualidade da alimentação infantil

Estudos realizados por cientistas finlandeses da Universidade de Jyväskylä e publicados no “European Journal of Nutrition”, envolvendo centenas de escolares de 6 a 8 anos, concluíram que a qualidade da dieta oferecida às crianças interferem nas formas como elas leem, entendem o que está escrito, melhoram suas habilidades de raciocínio.

Alimentação rica em vegetais, frutas, grãos integrais, peixes e gorduras insaturadas – e, por outro lado, pobre em açúcares e carne vermelha – melhora sobremaneira a habilidade cognitiva, incluindo avanços na fluência (melhoria de 10 a 20%) e na compreensão textual (melhoria de 14 a 38%).

“Uma dieta saudável parece ser um fator importante no apoio à aprendizagem e ao desempenho escolar das crianças. Ao fazer escolhas saudáveis em cada refeição, pode-se promover uma dieta eficaz com impactos na qualidade da aprendizagem”, ressaltaram os pesquisadores, que ainda alertam: “Os pais, as escolas, bem como os governos e as empresas, são importantes, senão fundamentais na tomada e disponibilização de alimentos saudáveis para as crianças”.

Os estudos, por sua vez, comprovaram que fatores como status socioeconômico, atividade física não interferem ou são independentes dos resultados em crianças com qualidade saudável de dieta alimentar.



PATRIMÔNIO Cultural e Natural



Assistimos, perplexos, à mentalidade do desmanche, de destruição de nossa memória. Riquezas históricas, paisagísticas, naturais, arquitetônicas, culturais, religiosas, turísticas, levadas de roldão, à vista – quanto da “ajuda” – de autoridades inoperantes, insensíveis.

Nenhuma política governamental, nenhum investimento para se preservar, cuidar de nossos valores culturais e ambientais. Nossas autoridades e coletividade não entenderam que cultura, patrimônio ambiental são forças dinâmicas que fazem circular sangue nas artérias da economia produtiva, mediante o incremento do turismo. Fortalecem elas, ainda, o sentimento de pertencimento e identidade coletiva. A omissão das autoridades, deitadas em berço esplêndido, a maioria cuidando unicamente de seus interesses, é inconcebível, inaceitável. Deixam casas históricas ruírem, os poucos e valiosos objetos entregues ao caruncho; sítios históricos (aí estão nossas antigas minas e chafarizes), arqueológicos, espeleológicos destruídos; nenhuma iniciativa ou projetos de viés turístico, de infraestrutura ou leis de incentivo aos empreendedores do setor. Administradores de fachada...

A população necessita, por sua vez, tornar-se a guardiã de seu patrimônio, escolhendo governantes com sensibilidade, personalidade e assim possamos assegurar sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental à comunidade. Necessitamos valorizar/ ocupar nosso espaço territorial, exercer nossa cidadania, mediante a identificação e valorização da natureza e meio ambiente; fortalecimento de nossas relações sociais e culturais, de nossos valores, potencialidades, vocações, modos de vida, de nossa diversificada base produtivo-econômica. Eis o que gera imagem, visibilidade, respeitabilidade, sustentabilidade. Parece, infelizmente, que estamos em tempos tão somente de empilhadores de tijolos, de construtores de babéis (e que, um dia, ruiirão) enquanto outros dormem placidamente sob a glória do poder...

Patrimônio, segundo o Dicionário Aurélio, é o conjunto ou complexo de bens materiais ou não, posses, direitos, ações, tudo o que pertence a uma pessoa, suscetível de apreciação econômica; é também a herança que recebemos ou deixamos para alguém.

O Patrimônio Cultural está ligado à herança coletiva. São os bens culturais que registram e identificam a memória de um grupo social – de uma cidade, uma nação, uma associação, entre outros. Tais bens – materiais e imateriais – são definidos pelo seu valor artístico, cultural, histórico, afetivo, de reconhecido interesse público.

Dentre os bens culturais materiais, podemos incluir sítios naturais e arqueológicos, fazendas e casas históricas, ruínas, objetos, igrejas, praças com estruturas arquitetônicas e urbanísticas de realce. Quanto aos bens culturais imateriais, podemos mencionar celebrações, tradições, ofícios, artesanato, culinária com suas formas típicas de produção (ex. produção de biscoitos, como é o nosso caso) e tantos outros.

Para proteção do patrimônio é necessário seu tombamento ou registro, cabendo ao Poder Público protegê-lo, através de inventário, de vigilância, medidas de preservação e todas as formas de promoção. É o que consta, em especial, na Lei Orgânica Municipal, de que muitas autoridades parecem desconhecer. Cabe, ademais, à sociedade absorver e valorizar o patrimônio local e nacional, pois trata-se de enaltecer nossas origens, nossa história e memória, defendendo-o e resguardando-o para nós e as próximas gerações.

Em São Tiago, o que se vê?! É o contrário. Casas históricas demolidas, sob a incrível omissão do Poder Público. Antigas minas e chafarizes urbanas entregues ao léu... É que a Prefeitura nunca dispõe de recursos para restauração. Mas, para festas...

Sem falarmos em livros raros que pertenceram a Pe. José Duque, Dr. Henrique Pereira, Dr. Augusto Viegas, etc. que poderiam/deveriam estar já restaurados.

O próprio nome da Festa do Café com Biscoito foi desfigurado (A denominação original era “Parada do Café com Biscoito”, em referência à parada de tropeiros e viajantes para se abastecerem no antigo arraial). Poderíamos ter outros eventos, como o de Culinária de Fogão, resgate de tradições folclóricas (cantigas de roda, festas juninas, catira etc.).

Outras iniciativas: tombamento da “água velha”; estudos de recuperação das “entradas” ou “cavernas”, como o da Fazenda das Gamelas, isso só a título de exemplo.

Uma pergunta que muitos fazem: para quê o Poder Público?! Para quê pagamos impostos?!

VIZINHO ARDILOSO

S. era proprietário de próspera e fértil gleba, onde, junto à família, plantava lavouras, cuidava do rebanho, imóvel que, por sua privilegiada localização, praticamente batia às portas do arraial. O que surpreendia a todos, porém, destoando da mentalidade da época, final do século XIX, era o seu cuidado com as nascentes e matas. Razão de todo luxo e zelo pelo dono. Embora inculto em termos de escolaridade formal, S. era homem de índole evoluída para a época, preservacionista, enquanto a maioria absoluta dos demais proprietários eram predadores, desmatadores. Árvores nativas, de lei, às centenas, como pereiras, ipês, sucupiras, viçavam altaneiras, gerando cobiça e censuras. Um homem conservando florestas, enquanto todos, à sua volta, faziam o contrário, desmatando a ferro e fogo...

S. era descendente dos primeiros sesmeiros da “Picada de Goiás”, instalados na região, desde a primeira metade do século XVIII e cujas glebas orbitavam em torno da atual sede⁽¹⁾. Orgulhava-se de sua linhagem, ali, há mais de um século, cultivando dignamente o solo. Tinha ele, todavia, como vizinho, poderoso latifundiário – talvez o maior de toda a região, à época, aclamado “Coronel” – que, por motivos diversos, seja por mando econômico, pressão, truculência, conluio com autoridades, aumentava, expandia, cada vez mais, suas terras. E agora, ali “espremendo” o S.⁽²⁾

O latifundiário, a bem da verdade, era cortês, dissimulado para com o vizinho. Eram, inclusive, compadres, padrinho de um de seus filhos. Enviava-lhes, frequentemente, sob a desculpa de ser “para o afilhado”, presentes – queijos, doces, açúcar mascavo, farinha, fubá; ajudava-o na aração de terras, cedendo-lhe bois, até mesmo ajudantes; fazia questão de reparar os tapumes e vias de acesso à propriedade; emprestava-lhe ferramentas, enfim, sempre solícito, obsequioso, ao longo dos anos. Quando requisitado a apresentar preços, o fazendeiro esquivava-se, desconversava. Que eram coisas de nada, meros favores, “presentinhos para o afilhado”, que o compadre se despreocupasse por inteiro...

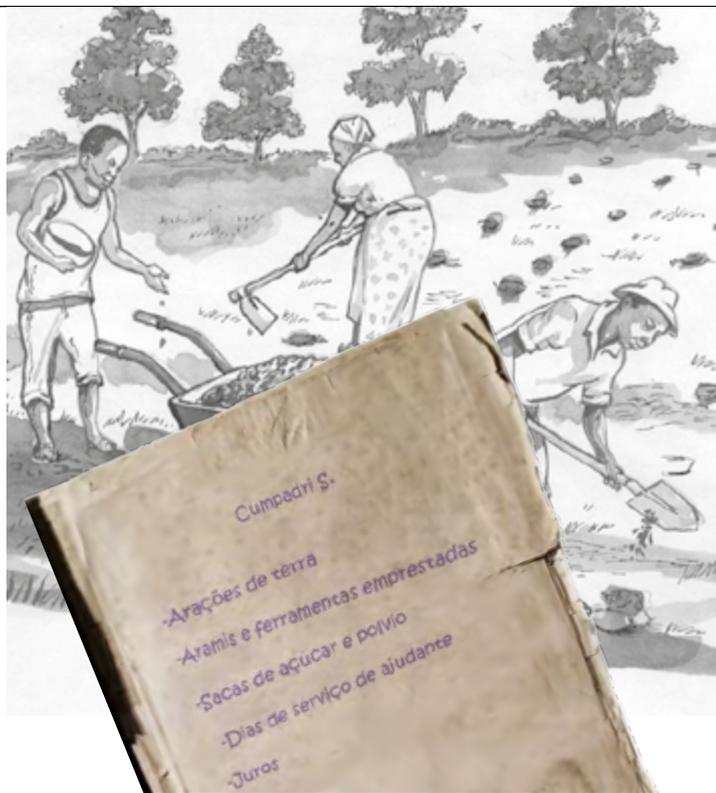
Certa tarde, sol já se preparando para descansar, S. recebe a visita do Compadre “Coronel”, que ali estava, para dar a bênção ao afilhado, mas também porque necessitava da ajuda do “compadre”, a quem, desinteressadamente, tanto servia. Iria ele fazer uma grande construção em sua fazenda (barracões de leite), bem como dar seguimento à edificação de mais uma casa no arraial. Que o compadre lhe cedesse umas 60 árvores, das do mangue, volume por ele avaliado, como necessário para o madeirame.

S. sentiu a ameaça. Um bom naco da mata iria embora. Fiel, contudo, à sua filosofia conservacionista, informou ao Compadre Coronel que não poderia abrir mão de suas árvores. Era seu grande patrimônio. Poderia liberar algumas, gratuitamente, mas não dezenas, na verdade quase uma centena, como pedia o vizinho.

O Coronel, com ar refinado, astucioso, sem demonstrar frustração ou animosidade, disse entender perfeitamente a atitude do compadre. Despediu-se, com lhaneza, solicitando, porém, ao vizinho S. que o procurasse, na sede de sua fazenda, ainda naquele dia. Assunto estritamente particular, relevante, urgente, afirmara.

Sol se pondo, S. desloca-se à fazenda próxima, onde é convidado a entrar e sentar-se na ampla varanda. Munido de cadernos de anotação, o Coronel, após mil medidas, diz ao S., a essa altura, sôfrego, que, precisavam fazer um acerto. Que todos eram mortais, mas que, pelas suas contas, ao longo dos anos, o compadre S. lhe era devedor de considerável quantia - X mil réis. Arações de terra, arames e ferramentas cedidos, sacas de açúcar e polvilho, dias de serviço de ajudantes, mais juros e correção, valores astronômicos... números que se aproximavam do valor de seu imóvel. Que o Compadre, caso não dispusesse do valor ali exibido, assinasse uma promissória, dando-lhe curto prazo para a quitação ou lhe passasse o terreno! Ou então, seriam tomadas sérias providências junto às autoridades...

Assim, viu-se S. esbulhado de seu pedaço! Pressionado, não teve outra opção senão passar a preciosa gleba para o latifundiário espertalhão.



NOTAS

(1) As primeiras sesmarias outorgadas pelo Governo Colonial, a partir de 1737, na denominada “Picada de Goiás”, situavam-se em domínios entre os rios do Peixe e Jacaré, mencionados nas cartas de sesmaria como “Paragem do Rio do Peixe”, portanto pertencentes ao hoje Município de São Tiago. A sesmaria original foi a de Roque de Souza, no lugar “Almas” (Rio do Peixe) e que segundo o historiador Leonardo Correa, situava-se entre os (atuais) divisas dos municípios de São Tiago e Ritópolis.

(2) Os fazendeiros de antanho, obedecendo a uma mentalidade medieval, eram sempre obsessivos, quando não belicosos em expandir seus domínios, mormente terras. Raros se preocupavam com a educação dos próprios filhos. Muitos, embora ricos, viviam em casas paupérrimas, motivo de espanto e observação por vários viajantes estrangeiros. Tinham como lema: “Terra enquanto haja vista” ou “Vizinho, quanto mais longe, melhor” “Terra ninguém rouba”. Via de regra, eram todos desmatadores. “Mato em pé, dono deitado”. E assim por diante...

Os grandes fazendeiros mantinham, ademais, armazéns nas sedes das propriedades, onde abasteciam e serviam a vizinhos, colonos etc. abrindo-lhes e estimulando-lhes o crédito, obviamente calculado. Ferramentas, víveres, bebidas, ferragens, fumo e tantos outros produtos – adquiridos de tropeiros – permitindo que pequenos proprietários das redondezas fossem “cevadados”, e quando “acordavam”, eis a dívida impagável, levando-lhes de roldão suas pequenas glebas. O parco patrimônio.

A esse respeito, escreveu o botânico francês Auguste de Saint Hilaire, que visitou e estudou a Província de Minas Gerais, inclusive nosso Município (ver matéria no boletim nº LXX – julho/2013).

“Em cada povoação, existe, geralmente um homem rico, que vende, assim, mercadorias a crédito a todos os seus vizinhos e que, por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada, a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família”.